



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CENTRO SOCIOEDUCATIVO CARDEAL ALOÍSIO LORSCHIEDER

Fortaleza, Ceará

2021

SUMÁRIO

Rua Ipaumirim, nº830 – Planalto Ayrton Senna
CEP: 60.766-742 Fortaleza-CE Fone:3101.3013



02	Apresentação -----	04
03	Equipe -----	05
04	Histórico -----	10
05	Visão-----	12
06	Missão-----	12
07	Objetivo Geral -----	12
08	Objetivos Específicos-----	12
09	Fundamentação Teórica-----	16
10	Metodologia -----	19
11	Público alvo -----	19
12	Fases do atendimento socioeducativo -----	19
12.1	Recepção-----	20
12.2	Acolhimento -----	21
12.3	Integração -----	21
12.4	Progressão -----	21
13	Plano Individual de Atendimento -----	22
13.1	Relatório de Diagnóstico Polidimensional-----	22
13.2	Relatório Inicial de Cumprimento de Medida – PIA (Fase inicial) -----	23
13.3	Relatório de Desenvolvimento do PIA (Fase Intermediária) -----	24
13.4	Relatório de Avaliação de Medida – Conclusivo (Fase Conclusiva)-----	24
14	Atendimentos -----	25
14.1	Referência em Saúde Mental -----	25
14.2	Serviço Social -----	26
14.3	Psicologia -----	27
14.4	Pedagogia -----	29
14.5	Segurança-----	30
14.6	Saúde-----	32
14.7	Rede Externa -----	33
15	Escolarização dos socioeducandos -----	33



15.1	Parceria com as unidades escolares -----	34
16	Práticas restaurativas-----	34
16.1	Projeto Abraços em famílias-----	34
16.2	Assembleias com os socioeducandos -----	35
16.3	Comissão disciplinar-----	35
16.4	Círculos de Paz -----	36
17	Profissionalização/Oficinas -----	36
18	Atividades Culturais, Esportivas e de Lazer -----	37
19	Atividades Religiosas-----	38
20	Atendimento Familiar -----	38
21	Projetos e parcerias estabelecidas -----	39
22	Calendário de Eventos -----	39
23	Formação continuada dos operadores do sistema socioeducativo-----	40
24	Governança Participativa-----	40
25	Avaliação -----	41
26	Conclusão -----	43
27	Referências Bibliográficas-----	44



2. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider, visa estabelecer orientações para o fazer cotidiano, alinhando e norteando as práticas a fim de consolidar a Missão Institucional. Tem como objetivo estabelecer parâmetros para atendimento aos jovens entre 18 e 21 anos atendidos por esta unidade em cumprimento de medida socioeducativa de internação, de modo a cumprir os preceitos estabelecidos na legislação específica atual.

A Lei Nº 8.069, de 13 de Junho de 1990 - ECA, a Lei Nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012 – SINASE, o Regimento Interno do Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará, e as Portarias de Alinhamento do Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará publicadas em Diário Oficial do Estado, pela Superintendência Estadual do Sistema Socioeducativo do Ceará, se configuram como as bases fundamentais no direcionamento desse atendimento.

Com a elaboração e posterior apresentação deste Projeto Político Pedagógico, buscaremos um novo alinhamento das nossas ações, de modo a orientar os atores, bem como toda a comunidade socioeducativa, para que desenvolvam uma ação pedagógica pautada nos princípios da eficácia, da solidariedade, do respeito mútuo, do compromisso individual e coletivo, da valorização do ser, do fortalecimento das relações de afeto e de práticas para o cuidado individual e coletivo, por meio da ação pedagógica permanente, com a produção de um ambiente profícuo a cidadania dos socioeducandos, capaz de gerar oportunidades para o desenvolvimento de atitudes e habilidades socialmente aceitas.

A elaboração desse Projeto Político Pedagógico conta com a participação de diversos setores e órgãos, sendo estes a educação, saúde, segurança, serviço social, psicologia, equipe de socioeducadores e outros, com papéis que estão dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação. Realizamos oficinas com os colaboradores representantes e a partir daí sistematizamos o referido projeto.

Ademais, este documento está em conformidade com o Plano Estadual Decenal de Atendimento Socioeducativo do Ceará, tendo por base as diretrizes e princípios dos marcos legais de defesa acima expostos, comprometendo-se a expandir e melhorar os serviços desempenhados por esta unidade.



2. EQUIPE

GESTÃO

1. Direção: Ana Paula Íris Medeiros
2. Coordenadora Técnica: Iana Guimarães Chaves
3. Gerente: Francisco Wellington da Rocha Cândido

COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA

1. Ademídio Júlio Paulino dos Santos
2. Neuton Rubens Pereira dos Santos

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. Mário Antônio Lima Cardoso
2. Maurício José de Castro Nazaré

SOCIOEDUCADORES

1. Adécio José Vieira Viana
2. Albervandro Magno Sampaio Cavalcante
3. Alex de Araújo
4. Alexandre Batista Ferreira Gomes
5. Alexandre Monteiro de Oliveira
6. Aluisio Kennedy de Sousa
7. Anderson Façanha Souto
8. André Luiz de Souza
9. Antonio Franklin Pereira de Sousa
10. Antonio Neudes Ferreira de Lima
11. Antonio Rildo da Silva



12. Berkiley Dane Araújo Rocha
13. Carlos Alberto Pinheiro da Silva Filho
14. Carlos Eduardo Gomes dos Santos
15. Danielle Peixoto da Silva Costa
16. Ewerton Philype dos Santos
17. Ezequias Alves de Castro
18. Fabiano Albano de Sousa
19. Fausto Luiz Alves Camilo
20. Felipe de Barcellos Vieira Faray
21. Flávia Maria Cruz dos Santos
22. Francisca Halana Viana Campos Teixeira
23. Francisco Silva Magalhães Fonteles
24. Francisco Assis Oliveira Neto
25. Francisco Augusto Sampaio de Lima Araujo
26. Francisco Carlos de Souza Silva
27. Francisco Cidrack Albuquerque
28. Francisco Daniel Moura
29. Francisco Gomes Albuquerque
30. Francisco Lucier Moreira de Holanda
31. Francisco Natan Santos Assis
32. Francisco Nelson Lima Junior
33. Gisele Silva Spinosa
34. Isac Herbyt de Lima Ribeiro
35. Jader Rodrigues da Silva
36. Jailson Tavares Freitas Lima
37. Janaina Silva Moreira
38. Jannaiara Silva Sombra
39. Jorge Calebe Pontes Tamiarana
40. José de Anchieta Gomes dos Santos
41. Jose Carlos Mota Barbosa
42. Jose Elton Ferreira de Sousa
43. José Flavio Sousa Marques



44. Jose Iran de Sousa
45. Josue Barreto da Silva
46. Julio Cesar Lima Mac Dowell
47. Kildare Ribeiro Moura
48. Leandro Pereira de Lima
49. Maria Natalina Rodrigues Ferreira
50. Mario Ricardo Alves Pegas
51. Monalisa Roberta Pereira da Silva
52. Natanael José dos Santos
53. Nelci Junho Pereira da Silva
54. Ney Sérgio Fernandes Matias
55. Paulo Franklin Pinheiro Bastos Filho
56. Paulo Henrique de Souza
57. Paulo Roberto da Silva Lima
58. Raimundo Nonato Rocha Freitas
59. Ricardo Rodrigues de Sousa Santos
60. Roberto Amaro Alves
61. Robson Carlos Albuquerque
62. Samuel Acácio Barbosa
63. Tiago Manoel Barbosa Vital
64. Wagner Santos Sousa
65. Walber Nobre Maia
66. Wesley da Silva Martins

EQUIPE TÉCNICA

- | | |
|--|-------------------|
| 1. Gabriel Uchoa Braga | Psicólogo |
| 2. Graziela de Siqueira Ximenes | Assistente Social |
| 3. José Krishnamurti Costa Ferreira | Psicólogo |
| 4. Maria Alba Cavalcante Pereira | Assistente Social |
| 5. Micheline Maria Rodrigues de Oliveira | Assistente Social |



6. Valéria Camurça Lúcio de Lima

Assistente Social

7. Valeska da Costa Alencar

Psicóloga

SAÚDE

1. Francisca Madeline Ferreira dos Santos

Enfermeira

2. Lizia Maria de Sousa Moreno

Enfermeira

3. Liliana Moreira da Rocha

Aux. Saúde Bucal

ADMINISTRATIVO

1. Carla Andreia de Souza Rodrigues

Assistente Técnico

2. Heloisa Helena Oliveira da Silva

Assistente Técnico

3. Marcio Gadelha França

Assistente Técnico

4. Maria do Socorro de Sousa

Assistente Técnico

5. Maria Augusta Monteiro Vasconcelos

Assist. Administrativa

6. Maria de Fátima de Menezes Goes

Aux. Administrativa

7. Tercia Cristina Roque Silva

Assistente Técnico

INSTRUTORES DE ARTES E OFICIO

1. Nilson Harrison Ferreira Aguiar

Música

2. Wavell Carneiro do Nascimento

Capoeira

3. Reinaldo Nascimento de Lima

Barbearia

EDUCADOR FÍSICO

1. Francisco Rafael Araújo da Silva

Educador Físico

COZINHA



- | | |
|---------------------------------------|------------|
| 1. Francisca Madalena Mendas da Silva | Cozinheira |
| 2. Jacinta Fátima N. Rodrigues | Cozinheira |
| 3. Maria Eurides Nascimento Silva | Cozinheira |
| 4. Maria Valcilene Gonçalves Penha | Cozinheira |
| 5. Maria Mônica Oliveira Batista | Cozinheira |
| 6. Jackson da Silva Rodrigues | Cozinheiro |
| 7. Paula Francinete F. Oliveira | Cozinheira |
| 8. Fernanda Ferreira do Nascimento | Cozinheira |

LAVANDERIA

- | | |
|--------------------------------------|-----------|
| 1. Ana Cecilia Nascimento Silva | Lavadeira |
| 2. Maria Lucilene Ferreira de Araújo | Lavadeira |

MOTORISTAS

1. Cleiton Araújo de Souza
2. Ogaciano Caetano de Oliveira
3. Valdir Lourenço de Andrade

PORTARIA

- | | |
|-------------------------------------|------------------|
| 1. Antônio Carlos Rodrigues Juvenal | Porteiro noturno |
| 2. Josemir da Silva Oliveira | Porteiro noturno |
| 3. Magno Gileno Soares Silva | Porteiro diurno |
| 4. Narcizo Marcos dos Santos | Porteiro diurno |

VIGIAS

1. Francisco Rodrigues da Silva
2. José Ribamar Gonzaga

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

1. Francisco Roniele Pereira do Nascimento
2. Francisca Jeane Coerdeiro dos Santos
3. Francisca Marta Neves Nogueira
4. Antônio Manuel de Lima

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO

1. Leandro Gomes de Moraes

3. HISTÓRICO

Em 17 de dezembro de 2000 foi inaugurado pelo Governo do Estado do Ceará o Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, também conhecido como CECAL. A unidade recebeu este nome em homenagem ao Dom Frei Aloísio Lorscheider ou Cardeal Lorscheider, como era conhecido, o qual foi Arcebispo de Fortaleza e era membro da Pastoral Carcerária se dedicando de forma exemplar a causa. Chegou a ser tomado como refém numa visita solicitada por ele, como representante da Pastoral, ao Instituto Penal Paulo Sarasate, a fim de averiguar reivindicações dos presos em relação as instalações e a superlotação.

O CECAL foi construído com o objetivo de atender jovens do sexo masculino que atingiram a maioridade, ou seja, na faixa etária entre 18 e 21 anos, sentenciados a medida de internação, e também adolescentes de 14 a 17 anos que haviam cometido ato infracional de natureza grave e possuíam maior porte físico, obedecendo assim a separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração. A capacidade seria para 90 internos.

A unidade fica localizada na Rua Ipaumirim, nº 830, Planalto Ayrton Senna, em Fortaleza. Este bairro surgiu em 1990 a partir de uma ocupação com aproximadamente 200 famílias abrigadas em barracos de taipa ou de madeira e papelão, unidas pela conquista da moradia própria, recebeu o nome de Pantanal. Para superar o estigma da

violência relacionado aos moradores da localidade, em 2003, a região passou chamar-se bairro Planalto Ayrton Senna. O nome foi escolhido através de um plebiscito, realizado dois anos antes.

Atualmente, já são mais de 15 mil domicílios numa região que, segundo a prefeitura de Fortaleza, possui os maiores índices de violência e menores índices de desenvolvimento humano da cidade. Hoje, mais da metade das famílias sobrevivem com renda total de até um salário-mínimo. Um outro problema é o analfabetismo funcional: aproximadamente um terço da população não sabe ler nem escrever.

Com a construção do CECAL, a partir de 2001 os adolescentes sentenciados que completassem 18 anos eram transferidos para esta unidade, esse modelo permaneceu até 2006 quando o CECAL se tornou uma unidade exclusiva de internação para jovens na faixa etária de 18 a 21 anos que tinham cometido ato infracional de natureza grave. Com a criação da SEAS em 2016, o CECAL passou a receber exclusivamente os internos da faixa etária entre 18 e 21 anos, sentenciados a medida de internação, tendo em vista que esse público precisa da oferta de um serviço diferenciado, considerando as suas peculiaridades, o que permanece até então.

A unidade atualmente possui capacidade de 70 (setenta) socioeducandos e desenvolve uma programação de atividades lúdicas, culturais, esportivas e profissionais que visam apoiar e orientar o jovem no seu processo de transição para o meio aberto.

Além do atendimento personalizado pela equipe técnica nas áreas social, psicológica, pedagógica e de saúde, a unidade disponibiliza oficinas profissionalizantes e salas de aula, com conteúdo programático da rede oficial de ensino, por meio de convênio com a SEDUC e SME. O trabalho técnico investe no fortalecimento dos vínculos relacionais entre o jovem e sua família e no desenvolvimento de valores fundamentais ao convívio social. A partir de 2016, com a criação da SEAS, CECAL passou a se chamar Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider – CSCAL.

4. VISÃO

Executar a medida socioeducativa de internação para jovens de 18 à 21 anos, garantindo a efetivação dos direitos previstos em lei e oportunizando a inserção social.

5. MISSÃO

Até 2024, ser referência nacional no atendimento socioeducativo aos jovens dessa faixa etária, fundamentado nas normativas nacionais e internacionais.

6. OBJETIVO GERAL

Atender jovens, do sexo masculino, na faixa etária de 18 a 21 anos, em cumprimento da medida socioeducativa de internação, possibilitando a garantia de atendimento integral, mediante a criação de um ambiente que privilegie as relações de direitos e deveres, respeitando as diferenças individuais e possibilite a construção de valores com vistas à sua inserção familiar e comunitária, oportunizando o desenvolvimento pessoal e social a ser construído de forma autônoma, solidária e competente.

7. OBJETIVO ESPECIFICO

- 7.1. Oferecer ao jovem um ambiente organizado e seguro, com normas de convivência e programação socioeducativa pré-estabelecida e sistemática;
- 7.2. Estimular a reflexão do jovem diante de sua trajetória social, responsabilizando-o quanto as consequências lesivas de seu ato, procurando construir sob os alicerces da educação e dos princípios da formação para a autonomia, um espaço de convivência e cooperação;
- 7.3. Assegurar ao adolescente a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), com a participação da família, visando à construção do seu projeto de vida;
- 7.4. Promover o protagonismo juvenil com vistas à efetivação do seu projeto de vida;
- 7.5. Fortalecer a articulação entre as unidades de atendimento e as políticas setoriais, bem como as ações interinstitucionais;
- 7.7. Garantir a retirada da documentação civil dos socioeducandos, proporcionando o resgate da cidadania;

7.8. Fortalecer as práticas restaurativas para a promoção da cultura de paz na perspectiva da resolução dos conflitos;

7.9. Qualificar o jovem para inserção no mercado de trabalho.

METAS	AÇÕES	CRONOGRAMA DE AÇÕES	PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	OBS
100% dos socioeducandos acompanhados sistematicamente pela equipe multidisciplinar	*Acolhida inicial dentro do prazo máximo de 24hrs *Atendimentos técnicos quinzenais realizados pela equipe de referência	Contínuo	Direção Coordenação de Segurança Coordenação Técnica Assistentes sociais Psicólogos Pedagogos Enfermeiros	
100% dos socioeducandos com PIA elaborado ou reavaliado	*Pactuação das metas a serem alcançadas *Envolvimento e comprometimento da família no processo *Compromisso e responsabilidades da unidade.	*Pactuação em até 45 dias a partir da recepção do jovem *Reavaliação a cada semestre	Direção Coordenação de Segurança Coordenação Técnica Assistentes sociais Psicólogos Pedagogos Enfermeiros Socioeducadores	Com a participação da família
100% das famílias acompanhadas	*Atendimento individual a família *Atendimento grupal a família	Individual (bimestrais ou de acordo com a necessidade) *Grupal (mensal)- Projeto Abraço em família	Direção Coordenação de Segurança Coordenação Técnica Assistentes sociais Psicólogos Pedagogos Enfermeiros Outros profissionais que foram necessários	
100% dos socioeducandos inseridos na	*Avaliação do nível escolar, *Realização da	Contínua	Direção Coordenação de Segurança	Em articulação com a



escolarização	matrícula *Sensibilização dos jovens quanto a importância da escolarização *Articulação da SEAS, SEDUC e SME para formulação de proposta de escolarização adequada a essa faixa etária		Coordenação Técnica Pedagogo Professor	Direção e Equipe Técnica
100 % dos socioeducandos inseridos em ações de Profissionalização	*Levantamento de demanda dos jovens *Encaminhamento para um dos cursos ofertados, conforme interesse * Articulação para a oferta de novos cursos	Contínuo	Direção Coordenação de Segurança Coordenação Técnica Pedagogo Instrutor de ofício	Em articulação com a Direção e Equipe Técnica
100 % dos socioeducandos em atividades de cultura, lazer e esporte	*Levantamento de demanda dos jovens *Encaminhamento para uma das oficinas de arte e cultura ofertadas, conforme interesse Oferta de atividades de esporte e lazer monitoradas por profissional específico *Culminâncias das oficinas em articulação com as outras atividades do Centro	Contínuo	Direção Coordenação de Segurança Coordenação Técnica Pedagogo Instrutor de arte Educador físico	Em articulação com a Direção e Equipe Técnica
100% dos socioeducandos encaminhados para	*Mobilização das famílias para a entrega da	Contínuo	Direção Coordenação de Segurança	



<p>retirada de documentação civil</p>	<p>documentação que o jovem possui *Levantamento da documentação de cada interno *articulação com outras políticas públicas a fim de efetivar os encaminhamentos</p>		<p>Coordenação Técnica Assistente social</p>	
<p>100% dos socioeducandos inseridos nas Práticas Restaurativas do centro</p>	<p>* Participação nas assembleias; * Garantia da efetivação do Conselho Disciplinar; * Realização dos Círculos de Paz;</p>	<p>Contínuo</p>	<p>Direção Coordenação de Segurança Coordenação Técnica Assistentes sociais Psicólogos Pedagogos Enfermeiros Outros profissionais que forem necessários</p>	

9. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As últimas décadas foram marcadas por mudanças em diversas áreas. O fenômeno da violência e suas expressões, emergem como uma problemática a ser enfrentada, possuindo um recorte específico relacionado a população juvenil. Nesse contexto, vivenciamos um aumento do envolvimento de jovens no cometimento de atos infracionais, bem como a gravidade desses atos.

O projeto político-pedagógico é um documento através do qual o Centro, como um todo, organiza de maneira formal sua proposta de trabalho, sendo mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos. Resumidamente, este projeto delinea os principais fundamentos, orientações metodológicas e rotinas da unidade. O conceito de Projeto Político Pedagógico, de Vasconcelos (2004, p.169) é o seguinte:

“É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação”.

A fundamentação teórica que norteia o Projeto Político Pedagógico do CSCAL, baseia-se numa ação metodológica de reorientação em relação a maneira que este jovem é e convive no mundo. É pautado na construção de experiências que despertem e possibilitem a preparação do jovem para a inserção ao convívio social, familiar e comunitário, considerando as transformações individuais e sociais.

Nesse processo, o jovem deve ser compreendido como protagonista desta ação socioeducativa, rompendo com a visão de problema e se reconhecendo como agente de transformação pessoal e social. Na perspectiva de emancipação do sujeito, Alain Touraine considera que: “*O indivíduo capaz de encarnar o papel de ator social tem o poder de conduzir e transformar as relações sociais do mundo racional moderno mediante sua consciência, liberdade e criatividade*”. (1999, p. 230).

Dentre as referências teóricas que norteiam o Projeto Político pedagógico do CSCAL, estão os autores: Antônio Carlos Gomes da Costa e Paulo Freire. Ambos percebem o homem como agente de transformação do mundo. Tal vinculação exige que os profissionais envolvidos na socioeducação percebam o jovem a partir de suas vinculações históricas e sociais, compreendendo que estes como indivíduos que cometeram um ato infracional em razão de condições que foram submetidos, rompendo com a visão de bandido e marginal.

O educador brasileiro Paulo Freire, nos dá a contribuição com a sua teoria da pedagogia do oprimido, como prática da liberdade, a qual refere o indivíduo na posição de sujeito da ação transformadora.

Freire enxerga no processo socioeducativo uma alternativa para as populações oprimidas pelo modo de produção vigente, reconhecerem a sua própria condição de oprimidos à medida que assumem ações concretas para transformar a realidade que os oprime. Sobre essa teoria ele expõe:

“A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.” (FREIRE, 1987)

Na aplicação do seu método nos Centros socioeducativos, serão utilizados encontros com temas geradores envolvendo profissionais e socioeducandos, os quais influenciem na vida dos internos e sejam motivadores para as ações educativas.

O educador Antônio Carlos Gomes da Costa, propõe o que denomina de Pedagogia da Presença, na qual há uma vinculação entre o educador e educando, numa interação de significado profundo e facilitadora de todo o processo. A verdadeira oferta a que ele se refere transcende os conteúdos programáticos e possibilita o educador se colocar como ponte para que o jovem venha a superar sua condição atual.

Ainda de acordo com este teórico, a ação socioeducativa deve primar pela garantia da integridade física, psicológica e moral dos(as) adolescentes/jovens,



favorecendo a criação de condições que permitam a aceitação e compreensão de si e a construção de um projeto de vida no sentido de assumir um lugar na sociedade e um papel na dinâmica social e comunitária na qual se insere.

Nessa perspectiva, as práticas profissionais devem ser estabelecidas a partir de uma pedagogia consciente, para além da garantia dos direitos básicos e essenciais, com relações interpessoais positivas. O fortalecimento da presença contribui para romper com o isolamento profundo do jovem, pois exige disponibilidade e cuidado na tarefa do seu desenvolvimento pessoal e social. Nesse sentido Antônio Carlos afirma:

“O educador que atua junto a jovens em dificuldade situa-se no fim de uma corrente de omissões e transgressões. Sobre seu trabalho recaem as falhas da família, da sociedade e do Estado. Sua atuação, frequentemente, é a última linha de defesa pessoal e social do seu educando.”. (Costa,2001:17)

10. METODOLOGIA

A estruturação do Projeto Político Pedagógico-PPP do CSCAL foi iniciada em Novembro de 2020, a partir de uma formação realizada pela SEAS, envolvendo representantes dos diversos setores da unidade. Nesse momento foram discutidos temáticas relevantes e norteadoras para este marco referencial e paulatinamente foi realizado esse exercício de construção com as equipes.

Para alcançar os objetivos propostos é necessário a garantia das atividades pedagógicas no cotidiano do Centro Socioeducativo, através do fortalecimento das ações integradas tanto internamente quanto com a rede de apoio.

Desta forma, as atividades de escolarização, profissionalização, esporte, lazer, cultura, religiosidade, saúde, devem estar alinhadas para a significação de valores e construção do projeto de vida.

Vale salientar que a participação da família é fundamental no processo de socialização do jovem, através do fortalecimento e reestabelecimento dos vínculos, proporcionando as relações favoráveis para o seu retorno a convivência familiar e comunitária.

11. PUBLICO ALVO

O CSCAL atende jovens na faixa etária entre 18 a 21 anos, do sexo masculino, sentenciados a medida socioeducativa de internação definitiva.

12. DAS FASES DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

As fases de atendimento ao jovem em conflito com a lei pretendem delimitar os processos pelos quais ele é submetido durante o cumprimento da medida socioeducativa, estruturando e organizando as ações dos envolvidos.

Tais fases não possuem um tempo cronológico definido, pois respeitam o desenvolvimento e a participação do jovem nos programas ofertados. A evolução das fases é monitorada e avaliada pela equipe de referência do socioeducando.

Essa primeira fase do atendimento se desenrola em três etapas: recepcionar, acolher e integrar.

12.1. RECEPÇÃO

A recepção é o primeiro contato do socioeducando com a unidade, momento em que se estabelecem os primeiros vínculos e que são determinantes para o desenvolvimento posterior, ocorrendo no prazo máximo de 24 horas. No caso de transferência interna entre unidades, as equipes se comunicam para que haja a continuidade do atendimento. As principais ações nos diversos setores nessa fase são as seguintes:

12.1.1. Coordenador de segurança/socioeducador – admissão, revista pessoal, repasse da rotina básica da unidade, encaminhamento para avaliação da equipe técnica, encaminhamento para alojamento.

12.1.2. Secretária técnica – conferência da documentação e do prontuário, arquivamento em pasta específica de cada setor, cadastramento do interno na planilha e no mapa da unidade.

12.1.3. Gerência / almoxarifado – conferência e guarda de pertences pessoais, entrega de kit (uniforme, cama, banho) e materiais de higienização, providencia as refeições.

12.1.4. Setor de saúde – atendimento e avaliação das condições gerais de saúde do socioeducando.

12.1.5. Setor de psicologia/serviço social – atendimento com o técnico de referência realizando os esclarecimentos necessários, breve entrevista para conhecimento do contexto familiar, amparo emocional ao interno, contato telefônico com a família.

12.1.6. Setor pedagógico – consulta ao prontuário, inserção em atividades pedagógicas, escolarização, profissionalização, lazer, religiosa e cultural.

12.2 ACOLHIMENTO

O acolhimento perpassa as demais etapas, estendendo - se até o desligamento do jovem. Constitui-se na formação de vínculos positivos entre os educadores e o educando. Acolher é papel de toda a equipe. Nesse contexto o educador deve contrapor a sensibilidade da acolhida com a disciplina e os limites indispensáveis a esse processo.

12.3 INTEGRAÇÃO

A integração sucede ao período inicial e consiste na ação de inserir o jovem na rotina do Centro. São ofertadas as atividades e o interno inicia a adesão considerando as suas peculiaridades e interesses. São realizadas entrevistas, sondagens e avaliações para que o engajamento seja exitoso. À medida que novas atividades sejam ofertadas, os socioeducandos poderão ser incluídos proporcionando desta forma a execução das metas pactuadas no PIA entre a instituição, o jovem e a família.

12.4 PROGRESSÃO

Com a efetivação das diretrizes pedagógicas na unidade, ocorrerá a progressão do jovem tanto subjetivamente na avaliação da medida socioeducativa, quando objetivamente nas fases do atendimento, definição de alas e ações executadas.

Conforme o socioeducando for alcançando as metas pactuadas no PIA, outras atividades serão ofertadas, e a partir de então passará a vivenciar experiências como, atividades externas, oficinas de preparação para o mercado de trabalho, dentre outras, e dessa maneira a equipe técnica poderá estabelecer um plano de preparação de retorno do jovem ao convívio comunitário.

Neste sentido, o CSCAL se organiza em quatro alas, contemplando as fases do atendimento socioeducativo: recepção, inicial, semi referência e referência. À medida que o socioeducando adere as atividades oferecidas e demonstra responsabilização e reflexão sobre os seus atos, vai progredindo de bloco. O último estágio a ser atingido é na ala de referência, espaço este destinado aos jovens que estão em processo de desinternação.

13. PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO - PIA

O Plano individual de atendimento contempla o estabelecimento de metas a serem alcançadas no decorrer do processo socioeducativo com a finalidade de concretização de um projeto de vida voltado para o desenvolvimento individual e pessoal do socioeducando. É elaborado pelo jovem e por sua equipe de referência, com a participação da família e/ou outros envolvidos que se façam necessários, elencando compromissos e responsabilidades para os atores.

Nessa perspectiva, o papel dos profissionais é suscitar para o jovem uma proposta que contemple suas habilidades, potencialidades e expectativas, sendo ele protagonista de sua história com o auxílio da equipe que deve sugerir, apontar e organizar as questões.

O PIA inicia no ingresso do socioeducando na unidade, sendo elaborado em geral no primeiro trimestre da internação, quando já se estabeleceu um vínculo entre a equipe e o socioeducando, podendo ser reavaliado durante todo o cumprimento da medida.

Quando o jovem alcança as metas elencadas, é realizado um Relatório de Avaliação da Medida – Conclusivo, sinalizando que o mesmo reúne condições para uma progressão ou extinção de medida. Enquanto isso não ocorre, é realizado o Relatório de desenvolvimento do PIA, onde são alteradas, redefinidas ou introduzidas novas metas, dando continuidade ao cumprimento da medida.

13.1. Relatório de Diagnóstico Polidimensional:

O Relatório de Diagnóstico Polidimensional é elaborado nos Centros de Internação Provisória, e é base para a elaboração do PIA.

No documento de Orientações Pedagógicas do SINASE, o Relatório de Diagnóstico Polidimensional é uma condição para a construção do PIA. O estudo de caso permite que os técnicos e os socioeducadores de referência organizem os dados sobre o adolescente, sua família, grupos de pertencimento e/ou referência, inicie um processo de compreensão desse adolescente em relação às suas necessidades (por exemplo: aprendizagem de leitura e escrita, obtenção de ganho para alimentação e outras

necessidades básicas), urgências de encaminhamentos (por exemplo: documentos, saúde bucal, moradia), aptidões e competências (por Orientações Pedagógicas do SINASE) exemplo: comunicação oral, desenho) e interesses (por exemplo: música, skate) sentimentos e sonhos.

13.2. Relatório Inicial de Cumprimento de Medida – PIA (Fase inicial)

O Relatório Inicial de Cumprimento de Medida – PIA deve ser elaborado dentro do período de 45 dias de internação definitiva ou de semiliberdade do jovem, prazo este orientado pelo ECA e SINASE. Deve ser proporcionado pela equipe multiprofissional, garantindo a participação do adolescente e de sua família. Neste momento, as metas serão pactuadas e as intervenções serão propostas para o acompanhamento do cumprimento de medida de internação ou semiliberdade.

O PIA deve orientar a proposta socioeducativa no sentido do desenvolvimento pessoal e social do adolescente, deve incluir ações que favoreçam a construção de sua identidade, a elaboração de um projeto de vida articulado à construção de seu pertencimento a uma comunidade, do respeito ao outro e à diversidade humana. Pode contribuir para a inclusão e a circulação do adolescente na cidade e para o seu acesso aos valores de convivência – solidariedade, dignidade, respeito - e cidadania.

Entre as ações socioeducativas incluídas no PIA deve-se prever a vivência ou reflexão de experiências que valorizem e favoreçam o reconhecimento de seu pertencimento a um grupo étnico-racial, regional, religioso, de gênero e o respeito à diversidade, considerando que esse é um aspecto central na constituição de sua subjetividade e na formação de sua identidade. O reconhecimento e a valorização da matriz de identidade cultural é um aspecto importante na recuperação e na aceitação de sua história pessoal, de sua família, de sua comunidade, facilitadora uma nova experiência de integração pessoal e social.

13.3. Relatório de Desenvolvimento do PIA (Fase Intermediária)

O relatório de Desenvolvimento do PIA possibilita o acompanhamento, os progressos e dificuldades do socioeducando no que se refere às metas e aos compromissos pactuados entre ele, a equipe multidisciplinar e sua família ou responsáveis durante o cumprimento da medida.

O PIA, na fase intermediária, precisa refletir (documentalmente), no período de sua execução, as dificuldades reais de inserção do adolescente na vida escolar e nos aspectos relativos à profissionalização, dentre outras coisas. Esta documentação é útil para, em situações de avaliação do programa, fornecer subsídios quanto à reformulação de procedimentos e atividades junto aos adolescentes, instituições parceiras; e, também, quanto às tramitações necessárias junto às instâncias responsáveis pela viabilização desses serviços e projetos.

Nesta fase, o jovem deve ser orientado acerca dos Direitos e Deveres, da rotina da unidade, compreender sobre o ato infracional, da aplicação da Comissão Disciplinar em casos de transgressões no Centro Socioeducativo, além das demais Práticas Restaurativas, como assembleia, círculos de paz.

13.4. Relatório de Avaliação de Medida – Conclusivo (Fase Conclusiva)

Este relatório deve ser desenvolvido quando o adolescente alcançar as metas estabelecidas durante o cumprimento de medida e a equipe de referência perceber que o socioeducando está pronto para o retorno ao convívio social, familiar e comunitário, referindo nele todos os subsídios necessários para que o judiciário proceda a reavaliação do caso.

14. ATENDIMENTO

14.1. Referência em Saúde Mental

Considerar a saúde mental como objeto de atenção necessária dentro do projeto socioeducativo não só está previsto nas determinações legislativas como se torna imprescindível diante da experiência sistêmica das assistências e políticas públicas. Segundo relatório da Organização Mundial de Saúde as perturbações mentais afetam uma considerável parcela da população mundial e, se desconsideradas, criam enormes custos em termos de sofrimento, incapacidade e perdas econômicas.

No Brasil, o direito à saúde é previsto constitucionalmente e abarcado com especial cuidado nos textos do Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei do SINASE, documentos legais que orientam a prática socioeducativa. Muito embora a compreensão geral sobre saúde já inclua o bem-estar mental em seu conceito estes textos especificam que faz parte da atenção integral à saúde do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa o cuidado especial em saúde mental e o encaminhamento para tratamento individual e especializado quando necessário.

No Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider (CSCAL), a parte da equipe que se volta predominantemente para essa assistência são os profissionais da área da psicologia e enfermagem, com o apoio da médica psiquiatra que visita mensalmente a unidade. Atualmente articulados com o SUS e contando com apoio da UAPS Dr. Eduardo Regis Jucá, dos Centros de Atenção Psicossocial do Estado e, mais diretamente, do Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto nos casos mais graves, os profissionais da unidade têm aprimorado as estratégias de acompanhamento em saúde mental orientados pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), o que na prática tem se traduzido em reuniões entre coordenadores e profissionais da rede, discussão sobre protocolos de encaminhamento e cadastro dos jovens internos nos CAPS de referência de suas regionais para garantir possibilidade na continuidade do acompanhamento dos egressos do sistema.

É válido salientar que há necessidade do fortalecimento dessas ações e parcerias com a rede de saúde mental, a fim de que essas demandas dos jovens sejam atendidas de forma efetiva e integral.

14.2. Serviço Social

O Setor de Serviço Social no Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider, desenvolve atividades que são atribuições privativas do Assistente Social, assim como abrange atividades de competências da profissão, conforme disposto na Lei 8.662, de 07 de junho de 1993. Articulando-se também com outros setores da unidade como Psicologia, Pedagogia, Saúde, Direção e Coordenação Técnica, desenvolvendo assim um trabalho de caráter multidisciplinar. Quanto as atribuições do Serviço Social, destaca-se:

1. Construção do PIA e relatórios sociais dos socioeducandos

2. Acolhimento: O primeiro contato do assistente social com o jovem é no acolhimento, no qual são coletadas algumas informações iniciais, tais como: Informações pessoais, como nome, endereço, telefone de contato, familiares de referência, esclarecimentos sobre o cadastro de visitantes e as regras sobre visita; Análise da situação processual (relatório, PIA); apresentação da rotina de atendimento técnico;

3. atendimentos individuais e em grupo: A partir dos atendimentos sociais passamos a compreender o contexto de vida desse jovem, anseios, frustrações, medos, sonhos, reflexão dos atos praticados, enfim, uma infinidade de nuances, pois a maioria vivencia a negativa de direitos, muitos são vítimas de maus tratos, abandono e negligências, e que encontram apoio nos poderes paralelos presentes nas comunidades.

4. Visita domiciliar: considerando que alguns jovens apresentam vínculos familiares e comunitários fragilizados e/ou rompidos.

5. A supervisão de estágio: privativa do assistente social, guia o estudante em seus primeiros contatos com a profissão e por isso requer dedicação.

6. Viabilização da documentação civil dos jovens: Providenciar a documentação civil para garantia e exercício da cidadania.

7. Coordenação e orientação das visitas aos socioeducandos.

8. Articulação em rede: Para o fortalecimento do atendimento socioeducativo, faz-se necessária a articulação com os equipamentos da rede socioassistencial, como: CREAS, CRAS e ou Conselhos Tutelares dos Municípios, dentre outros.

14.3. Psicologia

Na rotina do Centro socioeducativo a psicologia desenvolve várias ações que vão desde o acolhimento e desligamento dos jovens em regime de internação até, na medida possível, intervenções junto aos demais profissionais da unidade. Existem atividades de atuação exclusiva da profissão, contudo, basicamente boa parte das atribuições são executadas em parceria da equipe multidisciplinar (Serviço Social, Pedagogia, Enfermagem, Socioeducadores e Direção). Dentre elas podemos elencar:

1. **Recepção e acolhida dos adolescentes**, buscando formas de integrá-los à rotina da Unidade. Quando o jovem é admitido na unidade, recebe atendimento onde são feitas abordadas questões de vida.
2. **Atendimento psicológico individual e de grupo com os adolescentes e seus familiares.**
3. **Realizar intervenções terapêuticas com os adolescentes**, visando facilitar a dinâmica relacional com ele e com o outro.
4. **Realizar diagnóstico e avaliações psicológicas**, procedendo às indicações terapêuticas adequadas a cada caso. Quinzenalmente, são realizados atendimentos com todos os jovens da unidade, aos quais são organizados encontros individuais ou em grupo, a depender da necessidade avaliada. Esses encontros são fundamentais para realizar análises de discurso, intervenções psicológicas e, de modo geral, o acompanhamento comportamental dos mesmos (visando facilitar a dinâmica relacional com ele e com o outro). Através dessas modalidades interventivas, é possível especular, a depender do caso, hipóteses diagnósticas e realizar os encaminhamentos necessários para a psiquiatria.
5. **Elaborar estudos de caso e relatórios técnicos.**
6. **Participar da elaboração do PIA.** São elaboradas as sínteses psicológicas, que fazem parte de uma das seções do relatório semestral dos socioeducandos, como forma de registrar e comunicar ao sistema de justiça o trabalho realizado, pelo menos uma vez a cada seis meses, com os jovens em medida socioeducativa. Além dos relatórios semestral, são produzidos os Planos Individuais de Atendimentos (PIA), o qual tem como fundamento estruturar, da maneira mais executável possível, ações de emancipação socioeducativa.

7. **Atender às famílias**, orientando-as e realizando intervenções que lhes forneçam subsídios para o desempenho qualitativo das suas funções parentais.
8. **Realizar visita domiciliar à família do adolescente**, quando necessário. O setor da psicologia realiza intervenções no âmbito familiar no sentido de obter informações gerais sobre o contexto parental e afetivo dos socioeducandos, a fim de poder intervir da maneira mais efetiva possível dentro dos parâmetros éticos da profissão. Em casos excepcionais, quando não se fizer possível o contato familiar, poderão ser feitas visitas *in loco* com o objetivo de realizar as intermediações de acordo com as peculiaridades de cada caso, identificando as dificuldades, negligências e/ou vulnerabilidades vigentes.
9. **Acompanhar o adolescente em audiência**, quando solicitado. Em casos específicos é possível que o técnico da psicologia possa acompanhar os socioeducandos nas audiências, seja para oferecer um suporte ao mesmo ou para esclarecer informações específicas e pertinentes a área.
10. **Manter contato com órgãos governamentais e não governamentais** para obter informações sobre o jovem. Além do contato com o sistema de justiça, é possível que o profissional realize o contato com órgãos governamentais e não governamentais para obter informações sobre o jovem.
11. **Preparar os socioeducandos para o desligamento**, fortalecendo suas relações sociofamiliares. Quando se tem uma projeção positiva acerca do processo de ressocialização de algum jovem e, por sua vez, uma iminente possibilidade de extinção ou mudança de modalidade de medida menos gravosa, são realizados atendimentos focados para o preparo dessa nova mudança, a fim de que o jovem possa experienciar uma transição mais satisfatória possível.
12. **Planejar, coordenar e executar as atividades da área de psicologia.**
13. **Planejar e desenvolver projetos com vistas a orientar os profissionais da Unidade no trato com os adolescentes e familiares.**
14. **Buscar e articular recursos da rede sus**, para o acompanhamento da saúde mental dos adolescentes.
15. **Manter registro de dados e informações para levantamento estatístico.**
16. **Supervisionar estagiários do setor de psicologia.**
17. **Realizar outras atividades específicas à profissão.**

14.4. Pedagogia

Nos centros socioeducativos, o pedagogo exerce a função técnica de acompanhamento aos socioeducandos e apoio educacional, planejando coordenando e desenvolvendo as ações da área pedagógica da unidade. Além da escolarização, o profissional de pedagogia está à frente da realização das atividades educacionais nos eixos de arte e cultura, esporte e lazer e profissionalização, bem como do acompanhamento dos seguintes profissionais lotados no centro socioeducativo: professores Secretaria Municipal de Educação (SME) e da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC); arte-educadores, instrutores de ofício e dos cursos profissionalizantes, e Educador físico. Compete ao Pedagogo:

1. **Planejar, coordenar e desenvolver as ações pedagógicas da Unidade**, incluindo as atividades escolares, oficinas formativas, ocupacionais e profissionalizantes, atividades recreativas, culturais e esportivas.
2. **Realizar a programação das atividades pedagógicas**, a formação das turmas e o acompanhamento das atividades.
3. **Realizar a avaliação educacional** e o levantamento do histórico escolar do adolescente para compor os relatórios técnicos e o estudo de caso.
4. **Efetuar o registro de documentação de alunos**: matrícula e todos os registros sobre processo escolar, utilizando os devidos formulários.
5. **Participar da recepção e acolhida dos adolescentes**, buscando formas de integrá-los à rotina da Unidade.
6. **Participar da elaboração do PIA e relatórios técnicos.**
7. **Identificar o adolescente com transtornos de aprendizagem e necessidades especiais** para traçar um plano de intervenção individualizado.
8. **Orientar as famílias do adolescente** para garantir a continuidade das atividades escolares após o desligamento.
9. **Acompanhar e coordenar a execução das atividades de qualificação profissional.**
10. **Coordenar a equipe de professores, instrutores de ofício e supervisionar estagiários** do setor pedagógico.
11. **Acompanhar o planejamento e execução dos planos de aula de professores e instrutores de oficina.**

12. Conduzir processo de classificação e reclassificação dos adolescentes, para adequação da matrícula escolar e defasagem idade-série e também mediante os exames nacionais.

13. Providenciar matrícula, transferências, obtenção de históricos escolares, aproveitamento de estudos e certificação dos adolescentes.

20. Providenciar a avaliação diagnóstica do nível escolar do adolescente.

14.5. Segurança

As rotinas de segurança no Centro Socioeducativo se apresentam como normas e procedimentos básicos, que possibilitam condições adequadas para a oferta das atividades, bem como que garantam a integridade física, moral e psicológica, dos funcionários, socioeducandos e visitantes.

Neste sentido, tivemos um grande avanço com a publicação da Portaria nº 004/20211 – SEAS, a qual instituiu as regras de segurança preventiva, definindo normas, rotinas e procedimentos operacionais no âmbito dos Centros Socioeducativos do Estado do Ceará.

No Artigo 4º desta Portaria, são enumeradas as rotinas operacionais de segurança preventiva, as quais procuramos estabelecer no CSCAL, sejam elas:

I – o controle da circulação de pessoas pelas dependências dos Centros Socioeducativos;

II – a identificação e a revista de funcionários, familiares de adolescentes, visitantes, prestadores de serviços e veículos;

III – a programação prévia de todas as atividades regulares;

IV – os instrumentos oficiais de registro, que são:

- a) o controle de acesso de pessoas;
- b) o controle de entrada e saída de material utilizado pelo professor
- c) o relatório de ocorrência individual;
- d) o relatório de revista;
- e) o relatório de eventos excepcionais;
- f) o relatório de registro das ocorrências diárias;
- g) a relação de adolescentes internados;
- h) o cronograma diário;

i) os livros de registros.

V – a revista estrutural;

VI – a revista incerta;

VII – a revista dos adolescentes;

VIII – o deslocamento de adolescentes pelas dependências do Centro Socioeducativo;

IX – o controle dos pertences permitidos nos alojamentos dos adolescentes;

X – o controle dos pertences permitidos aos funcionários em serviço na área de segurança;

XI – a distribuição e o controle da alimentação e da água destinadas aos adolescentes e funcionários;

XII – a conferência, o controle e a conservação das chaves e cadeados, portões, portas e de todo o material e equipamentos inerentes ao regular exercício da atividade de segurança;

XIII – a reunião para troca de turno dos educadores e educadoras;

XIV – o posto de serviço;

XV – o plantão noturno;

XVI – outros que forem estabelecidos mediante portaria ou ordem de serviço, observada a competência legal para sua instituição.

Um ponto forte concretizado em 2020 foi a instalação do aparelho de scanner corporal para a realização da vistoria de funcionários, visitantes e internos. Esse procedimento foi crucial para evitar a entrada de materiais ilícitos e não autorizados na unidade.

Para tanto, é preciso compreender que a observação as normas e procedimentos de segurança é um dever de todos os colaboradores do Centro, e depende diretamente da conduta dos funcionários.

14.6. Saúde

A equipe de Saúde do Centro Socioeducativo Cardeal Aloísio Lorscheider atua a partir da incompletude institucional, com base nas portarias da secretaria de saúde, buscando garantir os direitos à saúde dos jovens, abordando temas relacionados a saúde, com ações educativas sobre cuidados de higiene pessoal, alimentação e cuidados específicos para promoção da saúde, prevenção e tratamento de IST's e Aids, imunização, saúde bucal, saúde mental, controle de agravos, dentre outros.

O atendimento clínico é realizado semanalmente por um médico. Já o atendimento psiquiátrico é realizado mensalmente. Ambos são cedidos pela SESA a fim de garantir a saúde integral dos socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa do centro.

Citamos, ainda, a parceria com a UAPS Dr. Eduardo Régis Monte Jucá, a qual referencia o território do Centro e disponibiliza também o atendimento clínico, o encaminhamento para as especialidades médicas, realização de exames laboratoriais e atendimentos odontológicos, etc.

A equipe de enfermagem da unidade é composta por duas enfermeiras, que trabalham na escala 12x36 (diruna), as quais possuem as seguintes atribuições:

1. Desempenhar serviços de enfermagem, prestando apoio às ações do médico.
2. Programar e organizar as consultas dos adolescentes com o médico da Unidade.
3. Agendar e acompanhar os jovens nas consultas médicas na Unidade.
4. Agendar e acompanhar os jovens nas consultas e exames externos.
5. Manter atualizadas e organizadas as fichas de atendimento de saúde dos jovens.
6. Ministrando medicamentos e tratamento aos adolescentes, atendendo às orientações médicas.
7. Realizar atendimentos de primeiros socorros, quando necessário.
8. Manter a organização da enfermaria e dos materiais utilizados.
9. Realizar ações educativas sobre cuidados de higiene pessoal, alimentação e cuidados específicos para promoção da saúde, esclarecendo sobre os recursos disponíveis no município, para encaminhamento dos adolescentes, quando necessário.
10. Manter organizado, os estoques de medicação e de outros insumos utilizados nos tratamentos de saúde.

11. Orientar a equipe sobre as condutas prévias ou posteriores a consultas e exames.

14.7. Rede Externa

Com o objetivo de garantir os direitos dos jovens que estão internos no CSCAL, a equipe realiza articulações com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e políticas setoriais (saúde, educação, esporte, cultura, trabalho e emprego, assistência social, dentre outras), para atendimentos de suas demandas durante o cumprimento da medida, como também após a sua desinternação.

15. ESCOLARIZAÇÃO DOS SOCIOEDUCANDOS

Saviani (1997, p.15) menciona que “dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”.

Nesse sentido, a escolarização ofertada em ambiente socioeducativo, considerando o direito à educação previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo (SINASE), além de ser a oportunidade de retomar os vínculos escolares quebrados devido circunstâncias diversas, que vão desde a falta de motivação até a evasão escolar ocasionada em detrimento de questões territoriais - fato este muito presente na realidade atual dos adolescentes que encontram-se em cumprimento de medida socioeducativa – ela é o principal instrumento para a formação de pessoas capacitadas tecnicamente e humanamente para o mercado de trabalho.

Assim, a escola do centro socioeducativo deve despertar no adolescente o querer aprender, visando adquirir as ferramentas necessárias a sua formação humana e profissional como é exposto na Lei 9.394/1996, a LDB (BRASIL, 1996, art.2º) que preconiza que a educação “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No CSCAL, a escolarização é ofertada em parceria com a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) e Secretaria Municipal de Educação (SME), garantindo o acesso, a permanência e o sucesso escolar do jovem.

A modalidade de ensino é da Educação de jovens e adultos (EJA), com a carga horária de 3hrs de aulas diárias, divididos em quatro ciclos: Letramento (alfabetização), Séries iniciais (1º ao 5º ano), Séries finais (5º ao 9º ano) e Ensino Médio.

15.1. Parceria com as unidades escolares

A oferta da escolarização é realizada por meio de parceria com as secretarias municipais e estaduais, como exposto acima, onde os socioeducandos são matriculados oficialmente na rede pública de ensino, vinculados ao Centro de Educação de Jovens e Adultos José Walter.

16. PRÁTICAS RESTAURATIVAS

Com a criação da SEAS em 2016, iniciou-se um reordenamento institucional a partir de um “Novo Modelo de Gestão”, com ações direcionadas a garantia de direitos dos adolescentes e jovens em conflito com a Lei. A SEAS sistematizou algumas de suas práticas e projetos como parte de um **PROGRAMA DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS NOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS**.

O referido Programa unificou a metodologia de atendimento socioeducativo em todas as unidades, através da formalização dos projetos, capacitação das equipes, implantação dos modelos de práticas restaurativas, bem como os processos de monitoramento e avaliação do programa.

No âmbito dos/as adolescentes/jovens que cumprem medida socioeducativa, o caráter transformador das práticas restaurativas é baseado no modelo de responsabilização, na cultura para a paz, não julgamento e resolução de conflitos.

Para a implementação deste Programa, estão previstas algumas ações e projetos basilares, os quais detalharemos a seguir:

16.1 Projeto Abraços em Família

O **Projeto Abraços em Família – Tecendo Redes de Solidariedade no Sistema Socioeducativo**, estabelece uma metodologia de atendimento às famílias dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, considerando como familiares as pessoas que se unem por laços de afetividade.

No CSCAL, esse projeto iniciou em 2017, referenciado pela equipe técnica da

unidade, mas que sempre contou com o envolvimento de todos os colaboradores do Centro. É operacionalizado a partir de temas geradores a serem trabalhados mensalmente com as famílias e também transversalmente com os socioeducandos nas atividades ofertadas no Centro.

16.2 Assembleias com os Socioeducandos

As Assembleias com os jovens em cumprimento de medida socioeducativa constituem-se como espaço privilegiado de desenvolvimento da cidadania, participação coletiva, reivindicação, negociação e avaliação das atividades do Centro Socioeducativo, contando com a participação de adolescentes, socioeducadores, equipe técnica e gestores, sendo importante instrumento para a formação e consolidação de comunidades socioeducativas.

Este momento é realizado semanalmente, com socioeducandos representantes das alas, a fim de promover um espaço de comunicação coletiva visando a consolidação do protagonismo juvenil. Essa é uma ação de mediação e solução de conflitos para o bom andamento do Centro.

16.3 Comissão Disciplinar

A Comissão Disciplinar constitui-se em um dos instrumentos pedagógicos para o desenvolvimento do adolescente no Centro Socioeducativo, porque coloca o limite, a norma e a disciplina a serviço da emancipação do educando. O foco das medidas propostas pela comissão disciplinar não é a punição e o castigo, mas sim a responsabilização e conscientização do adolescente das consequências e repercussões dos seus atos.

É uma instância deliberativa sobre questões de organização e manutenção da segurança e do bom andamento da unidade, de caráter administrativo. Nela são analisadas as ocorrências, sugestão de sanções, orientações relativas ao comportamento do adolescente e resolução de questões pertinentes à dinâmica institucional e ainda análise de questões pertinentes à: medidas disciplinares; integração dos adolescentes em recepção para a escolha da ala ou casa de convivência; transferências de ala ou casa atividades especiais na Unidade; mudança ou criação de normas e procedimentos; transferências e recepção de adolescentes; assuntos relacionados a conduta de

funcionário/colaboradores dentro do contexto da ocorrência, sendo nesses casos encaminhadas as informações a Corregedoria para apuração de eventuais irregularidades.

Neste sentido, o conselho disciplinar é composto por representantes dos diversos setores da unidade (Diretora, Coordenador de Segurança, Coordenadora Técnica, socioeducador(a), equipe técnica e outros profissionais que se façam necessários), e a reunião ocorre ordinariamente duas vezes por semana (segundas e quintas), e extraordinariamente, quando se fizer necessário.

16.4 Círculos de Paz

O Círculos de construção de paz dentro do CSCAL é uma metodologia que vem sendo desenvolvida por meio de encontros circulares em um ambiente acolhedor e seguro. É uma oportunidade para os participantes refletirem e repensarem suas atitudes, buscando fortalecer vínculos, o empoderamento, a responsabilização, a resolução de conflitos, contribuindo desta forma para a construção da cultura de paz.

Foram realizadas formações com profissionais da equipe técnica, socioeducadores e gestão do Centro a fim de qualificar para esta ação. As intervenções são realizadas tanto com os colaboradores, como socioeducandos e familiares.

17. Profissionalização/ Oficinas

A profissionalização apresenta-se dentro do centro socioeducativo como eixo de fundamental importância no processo de formação do jovem. Deve estar alinhado com suas metas do PIA e interesses pessoais.

A oferta da educação profissional aos socioeducandos é realizada através da articulação com programas governamentais e não governamentais, objetivando sua inserção no mercado de trabalho pós medida socioeducativa.

Segue abaixo as atividades em oferta no CSCAL:

ATIVIDADE	LOCAL	PARCEIROS PROJETOS	TEMPO DE DURAÇÃO	CAPACITAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Gastronomia	CSCAL	SENAC/ INDESA	220 hs	Profissionalização	

Empreendedorismo	CSCAL	SENAC	20 hs	Profissionalização	
Jornada Pessoal e Profissional	CSCAL	SENAC	40 hs	Profissionalização	
Barbearia	CSCAL	SOBEF	160 hs	Profissionalização	
Informática	CSCAL	SOBEF/ Reload	80hs	Profissionalização	

18. Atividades Culturais, Esportivas e Lazer

Os Centros Socioeducativos do Estado do Ceará realizam formações iniciais e continuadas na área de arte e cultura, entendidas como oportunidades para o desenvolvimento pessoal, intelectual, afetivo e social dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. É válido ressaltar que todas as ações ofertadas devem estar em consonância com o que foi pactuado no PIA do socioeducando.

Na proposição das ações de Arte e Cultura, o CSCAL oferta Oficinas de capoeira e música, na perspectiva de atividades vivenciais e práticas cuja intencionalidade é desenvolver a iniciação cultural e artística. São desenvolvidas através de turmas fixas de socioeducandos, com carga horária mensal de 12h a 20h/a, e diária de 1h/a.

As atividades de esporte e lazer acontecem diariamente e seguem um cronograma a partir das outras ações que o socioeducando participa. Neste momento o educador físico direciona apresentando aos jovens as diversas modalidades esportivas (futsal, vôlei, basquete, handebol, etc.), dentre outras ações de lazer, como é o caso da sala de jogos.

Também é desenvolvido o “Projeto Jiu Jitsu como instrumento de socioeducação”, com o objetivo de contribuir no processo de construção da cidadania dos jovens. Ocorre uma vez por semana, com a carga horária de 2h/a, e envolve atualmente 06 jovens.

Além disso, oportunizamos vivências externas, tais como visitas a equipamentos artísticos, culturais e esportivos da cidade (Museus, Cinemas, Circos, Teatros, Grupos da Cultura Popular, estádios, entre outros), com vistas a favorecer a conexão do socioeducando com a comunidade.

ATIVIDADE	LOCAL	PARCEIROS PROJETOS	TEMPO DE DURAÇÃO	CAPACITAÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Oficina de música	CSCAL	SOBEF	contínuo	Arte e Cultura	
Oficina de capoeira	CSCAL	SOBEF	contínuo	Arte e Cultura	
Futsal Vôlei Basquete Jiu Jitsu	CSCAL	SOBEF	contínuo	Esporte e Lazer	

19. Atividades Religiosas

As atividades religiosas prestadas no CSCAL seguem os parâmetros da Portaria nº133/2020 – SEAS, a qual regulamenta a prestação de Assistência Religiosa aos adolescentes atendidos nos Centros Socioeducativos da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimentos Socioeducativos do Estado do Ceará.

É realizado o cadastramento da instituição religiosa e de 10 voluntários, os quais semanalmente realizam as atividades com os jovens que assim desejarem, observando todas as normas de segurança do Centro.

Atualmente, a Igreja universal é a parceria que está ofertando essa assistência. Contudo, já tivemos a presença da Igreja Batista Central – IBC, Assembleia de Deus, Exército da Salvação, dentre outras.

20. Atendimento Familiar

O atendimento a família ocorre durante todo o cumprimento da medida socioeducativa. No CSCAL, talvez por conta de os jovens serem maiores de idade, há uma maior prevalência da figura da companheira neste processo. Há pouca adesão dos familiares em geral nos momentos em que a equipe solicita o comparecimento a unidade para atendimentos individuais e/ou grupais.

Como normativa para as visitas familiares, possuímos a Portaria nº 63/2017, a qual dispõe sobre as normas, rotinas e procedimentos para realização de visitas. Estas aconteciam semanalmente (sábado ou domingo), com a duração de 3hrs, podendo entrar até 02 visitantes por dia, bem como eram autorizados alimentos a serem consumidos

durante a visita.

Devido a pandemia da COVID-19, permanecemos alguns meses com a suspensão das visitas, sendo retomadas e normatizadas pela Portaria nº 123/2020, que instituiu o plano de retomada gradual de visitas familiares nos Centros Socioeducativos da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará. As visitas estão ocorrendo quinzenalmente, com a presença de apenas 01 visitante, com a duração de 1h30, sendo proibida a entrada de materiais e alimentação. Também ficou suspensa a entrada de menores de idade, e aqueles que se apresentam como grupo de risco devem apresentar comprovante das 02 doses do esquema vacinal. Além disso, todas as normas e protocolos de saúde devem ser obedecidos, com ênfase para o uso de máscara pelo socioeducando e familiar.

Durante o período de pandemia, muitos contatos dos técnicos com os familiares foram realizados por meio de telefone, visto que no início os atendimentos presenciais ficaram suspensos.

Na semana em que o jovem não recebe a visita, ele realiza uma chamada de vídeo ou telefônica, para os familiares, a fim de mantermos os vínculos familiares.

21. Projetos e Parcerias Estabelecidas

As organizações sociais e as corporações desempenham um papel fundamental nos processos de atendimento às necessidades do Centro Socioeducativa, atuando cada uma dentro das suas potencialidades.

As parcerias presentes no CSCAL são equipamentos de saúde por meio do PNAISARI, Secretarias de educação do município e do Estado, Rede Cidadã, INDESA, além das Universidades e Faculdades.

22. Calendário de Eventos

MES	EVENTO
Janeiro	Abrços em Família Férias letivas
Fevereiro	Carnaval Abrços em Família
Março	Dia Internacional da Mulher

	Abraços em Família
Abril	Páscoa Abraços em Família
Maio	Dia das Mães Abraços em Família
Junho	São João Abraços em Família
Julho	Férias Letivas
Agosto	Dia dos Pais Abraços em Família
Setembro	Setembro amarelo Abraços em Família
Outubro	Outubro Rosa Abraços em Família
Dezembro	Natal Abraços em Família Férias Letivas

23. Formação Continuada dos Operadores do Sistema Socioeducativo

A partir da criação da SEAS, quando do ingresso dos operadores ao sistema socioeducativo do Estado, há a oferta de uma formação inicial, com perspectiva de orientar a prestação dos serviços especializados nessa área.

A dinâmica organizacional da unidade para o acesso dos servidores à formação continuada, ocorre principalmente por meio do Núcleo Escola de Socioeducação - NUESO.

O NUESO vem estabelecendo um calendário anual de oferta de cursos, para os quais os colaboradores podem manifestar interesse de participar de formações relacionadas a temas pertinentes a sua atuação profissional.

As ofertas são feitas por plataformas EAD e presencial, em articulação com instituições parceiras e internas da SEAS.

24. Governança Participativa

As ações de “Governança Participativa” foram implantadas a partir do modelo de Gestão da SEAS, com o foco em ações participativas e gestão democrática. Esta é

composta pelos profissionais e adolescentes da unidade.

A metodologia faz parte do Programa de Práticas Restaurativas e deve ocorrer por meio da fala e da escuta e tem por objetivo externar a experiência pessoal de cada indivíduo, considerada importante e significativa.

Nessa perspectiva, algumas ações já existiam na unidade e foram formalizadas a partir deste modelo. Vejamos a seguir as atividades propostas e se já se efetivaram no CSCAL:

REUNIÃO	CRONOGRAMA
Assembleia Geral dos Colaboradores	Trimestral (Não ocorreu)
Conselho Consultivo	Trimestral (Não ocorreu)
Comissão Disciplinar	Duas vezes/ semana
Assembleia com adolescentes	Semanal
Reunião entre equipe técnica, equipe de saúde, coordenadores de segurança e representantes dos socioeducadores	Mensal
Reunião entre direção, gerente, coordenadores de segurança e equipe administrativa.	Bimestral
Reunião entre direção, coordenadores de segurança e socioeducadores.	Mensal

25. Avaliação

A avaliação de um projeto precisa ser compreendida como uma atividade coletiva e contínua a ser incorporada, apresentando-se como uma ferramenta indispensável para o planejamento, a partir das reflexões sobre as práticas cotidianas, o que possibilita o estabelecimento e a proposição de novas ações interventivas. Segundo Ilma Veiga:

A avaliação do projeto político pedagógico passa a ter um compromisso mais amplo do que a mera eficiência e eficácia de resultados, sendo vista como acompanhamento e avaliação dos resultados da própria organização do trabalho pedagógico (VEIGA, 2010, p. 32).

Desta forma, a avaliação da execução do PPP do CSCAL será realizada a partir da

análise das metas estabelecidas, se foram alcançadas ou não, bem como deve contemplar as dificuldades e estratégias do processo.

ENCONTROS/REUNIOES AVALIATIVAS	PERIODICIDADE
Reunião entre direção, coordenadores de segurança e socioeducadores.	Trimestral
Reunião entre coordenadores de segurança, coordenadores administrativos e direção	Trimestral
Reunião entre equipe técnica, equipe de saúde, coordenação técnica e direção	Trimestral
Reunião entre coordenação técnica, pedagogia, instrutores de arte, educador físico, gerente e direção	Trimestral
Reunião entre coordenação técnica, pedagogia, instrutores de ofício, gerente e direção	Trimestral
Reunião entre equipe técnica, equipe de saúde, coordenação técnica, coordenadores de segurança, coordenadores administrativos, gerente e representantes dos socioeducadores	Semestral
Reunião entre representantes dos familiares dos socioeducandos, equipe técnica, coordenação técnica e direção	Semestral
Reunião entre representantes dos socioeducandos, equipe técnica, coordenação técnica e direção	Semestral

26. CONCLUSÃO

O Projeto Político Pedagógico deve se apresentar como um referencial para o funcionamento do Centro Socioeducativo. A operacionalização das diretrizes deste instrumento deve ocorrer a partir de uma gestão participativa e compartilhada.

Muitos são os desafios para a efetivação da política de socioeducação, por isso, o planejamento específico de ações, bem como o monitoramento e a avaliação das mesmas, se apresenta de fundamental importância nesse processo.

O foco precisa estar na missão institucional e nos objetivos e metas a serem alcançadas para o bom desenvolvimento do trabalho na unidade, cumprindo desta forma as normativas e legislações atuais.

Em suma, o PPP do CSCAL representa objetivamente a organização do trabalho socioeducativo, sendo construído, vivenciado e reavaliado a todo o momento pelos envolvidos.

27. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. IN. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs). Ensinar a ensinar. São Paulo, 2001.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

CEARÁ. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Manual de Medidas Socioeducativas de Fortaleza. Grupo de Trabalho Interinstitucional. Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fortaleza, 2016.

_____. Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas)

Coordenadoria de Diretrizes Socioeducativas/ Assessoria Educacional. O Papel do Pedagogo nos Centros Socioeducativos (CS) do Estado do Ceará. Fortaleza, 2020.

CONANDA. Parâmetros para Formação Continuada de Atores do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF, 2006.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da – Aventura Pedagógica: Caminhos e Descaminhos de uma Ação Educativa – Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

_____, Antônio Carlos Gomes da – As Bases Éticas da Ação Sócio-educativa. Manuscrito impresso – Belo Horizonte: abril/2004.

_____, Antônio Carlos Gomes da – Sócio-educação – Estrutura e Funcionamento de uma Comunidade Educativa. Manuscrito impresso – Belo Horizonte: abril/2004.

_____, Antônio Carlos Gomes da – Parâmetros Curriculares – Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

_____, Antônio Carlos Gomes da. Pedagogia da Presença: da Solidão ao Encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1999.

_____, Antônio Carlos Gomes da – Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática – Salvador: Fundação Odebrecht, 2000

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 19ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. Conscientização: Teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, J. C. Organização e Gestão da Escola. Goiânia: Alternativa, 2001.

_____, J. C. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. Didática, currículo e saberes escolares. In: CANDAU, V. M. (Org.) Rio de Janeiro, 2000.

_____, J. C. Pedagogia e Pedagogos, para Quê? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OMS. Integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários. Uma perspectiva global. 2008. Disponível em <https://www.who.int/eportuguese/publications/Integracao_saude_mental_cuidados_primarios.pdf?ua=1> Acesso em: 05/10/2021.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Família, gênero e pobreza: O lugar da dominação masculina. Fortaleza: Ed uece, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações. 6 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SINASE. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo / Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>> Acesso em: 14 de ago. 2021.

TOURAINÉ, Alain. Podemos Viver Juntos? Petrópolis: Vozes, 1999.

VEIGA, Ilma Passos A. Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 4 ed. Campinas: Papirus, 1998.

_____, Ilma Passos A. (Org.). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Plano de Ensino – Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

_____, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.